

O FAZER-SE CLASSE TRABALHADORA: AS MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE¹

Célia Regina Vendramini²

INTRODUÇÃO

O fio condutor deste texto se refere ao processo histórico do *fa-zer-se* da classe trabalhadora. Ele pretende contribuir para a compreensão das mudanças em curso na relação capital-trabalho, em especial, aquelas que dizem respeito à classe trabalhadora. Para tal, apoia-se nas análises do historiador marxista Edward Thompson (1987) acerca das classes como um processo em formação, forjado na luta.

Referimo-nos a uma classe que se constitui no processo de expropriação no âmbito das relações sociais capitalistas, constituída por trabalhadores que foram separados dos meios de produção da vida e também dos meios de subsistência. Resta-lhes vender sua força de trabalho em relações sociais de exploração, dominação e alienação. Entretanto, dada a imensa população supérflua de trabalhadores, nem todos conseguem vender sua força de trabalho. Os que conseguem, submetem-se a relações e condições de trabalho marcadas pela extrema precariedade.

Observamos as diferenças no interior da própria classe trabalhadora. Diferente do século XIX, quando Marx e Engels (1985) observavam uma classe numericamente grande, homogênea e organizada, na atualidade, ela continua massiva, porém marcada pela heterogeneidade e pela fragmentação, com consequências para a sua organização. Tais diferenças podem ser observadas em diversos aspectos relativos ao gênero (diferenciação salarial entre mulheres e homens), à etnia e à raça (entre os mais precarizados estão os negros e os imigrantes), à idade (exploração de crianças no trabalho), às diversas ocupações ao longo da trajetória laboral, aos contratos de trabalho parciais, à ocupação em vários locais e setores

¹ DOI- 10.29388/978-65-81417-57-4-0-f.29-46

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: celia.vendramini@ufsc.br.

produtivos, ao pagamento de salário por tempo ou por peça, ao trabalho legal ou ilegal, à ausência de direitos trabalhistas para uma ampla e crescente fatia dos trabalhadores, entre outros aspectos.

Da mesma forma, a indústria hoje, diferente do século XIX, conforme relatado por Marx (2017), move-se para diferentes setores e lugares, sejam urbanos ou rurais, buscando manter e/ou aumentar suas taxas de lucro. Se a indústria é a produção própria da sociedade capitalista, não o é das cidades, uma vez que ela não permanece submetida ao lugar, embora dependa dele (LEFEBVRE, 1991).

O que vamos assinalar com maior ênfase, neste texto, diz respeito aos trabalhadores que precisam emigrar para prover a sua subsistência. Os que são forçados a deixar o seu local de nascimento ou moradia, ou até mesmo seu país, a família e os amigos, os vínculos sociais, a escola, o modo de vida. Os que, nos termos de Hobsbawm (1991), vagueiam pelo mundo em busca de trabalho.

Os emigrantes têm se deslocado historicamente do campo para a cidade, do centro urbano para sua periferia, entre regiões, estados e municípios. Além disso, as migrações se tornaram cada vez mais temporárias. Observamos que o campo forneceu os braços e as energias humanas para serem consumidos na industrialização e na urbanização do Brasil. Hoje, os braços e as energias têm sido direcionados em parte para as colheitas em diferentes regiões e para o agronegócio. Os volantes de outrora são os temporários de hoje.

Procuraremos, neste texto, refletir sobre a classe trabalhadora migrante – rural e urbana – a qual revela “a ponta mais visível do *iceberg* no que concerne à precarização das condições de trabalho no capitalismo atual” (ANTUNES, 2018, p. 72). O foco do trabalho está na errância da classe trabalhadora e nos mecanismos que vão tornando-a descartável num determinado local ou setor e “estranha” ou “intrusa” no novo local para aonde se dirige.

A EMIGRAÇÃO EM DIREÇÃO ÀS CIDADES

Na década de 1780 na Inglaterra, segundo Hobsbawm (1991), a linha que separava a cidade e o campo era bem demarcada. Em muitos

países, a barreira dos impostos ou a velha muralha dividia os dois. Mesmo onde não havia uma divisão administrativa tão rígida, os habitantes das cidades eram quase sempre fisicamente diferentes dos homens do campo. A palavra urbano, nesse período, pouco se adequava à realidade, visto que apenas Londres e Paris eram genuinamente grandes. A prosperidade da vida na cidade vinha do campo.

Um século depois, na Europa, a situação se alterou completamente. Em 1850 a população urbana ultrapassou a rural. O mundo se tornou majoritariamente urbano em 2007. Segundo relatório da ONU-Habitat³, 56,2% da população mundial vive, atualmente, em áreas urbanas e a expectativa é que essa proporção aumente para 70% até 2050⁴. A América Latina é a região mais urbanizada e desigual do mundo, com mais de 80% da população vivendo nas cidades. Segundo o relatório da ONU-Habitat de 2012⁵, em torno de 111 milhões de latino-americanos vivem em bairros marginais.

Conforme argumento de Henry Lefebvre (1971), já em 1960, a clara distinção que ainda existia entre urbano e rural foi, gradualmente, desaparecendo num conjunto de espaços porosos de desenvolvimento geográfico desigual, sob o comando da hegemonia do capital e do Estado.

O caso da China é emblemático. De acordo com Harvey (2012), a porcentagem da população que reside em áreas rurais decresceu de 74%, em 1990, para 50%, em 2010. Segundo os estudos de Smith (1997), dos 440 milhões de trabalhadores rurais chineses, cerca de 120 milhões (o equivalente à população total da Grã-Bretanha e da França) estão desempregados. As autoridades chinesas afirmam que entre 20% e 50% dos 160 milhões de trabalhadores urbanos são supérfluos.

No que diz respeito à realidade dos Estados Unidos, Lichter e Brown (2011) analisam o crescimento da interpenetração do rural e do urbano nas últimas décadas. Segundo os autores, em 1990, mais de 60% dos estadunidenses viviam em áreas rurais, definidas como pequenas cidades (com menos de 2.500 habitantes), campos e fazendas. Hoje, mais

³ Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/11/world_cities_report_2020_abridged_version.pdf. Acesso em: 27 maio 2021.

⁴ Informações disponíveis em: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. Acesso em: 27 maio 2021.

⁵ Ver: <http://onu.habitat.org/>

de 80% deles vivem em áreas urbanas, dos quais mais de 50% fora do centro das cidades.

Conceitualmente, os subúrbios representam uma ponte associativa em rápido crescimento entre as grandes cidades e as comunidades rurais próximas e o campo. Residentes suburbanos operam diariamente em ambos os lados da divisão rural-urbana; como tal, eles obscurecem as fronteiras espaciais e sociais convencionais (LICHTER; BROWN, 2011, p. 580).

No Brasil, em torno de 85% da população brasileira vive em centros urbanos⁶. Historicamente, a economia brasileira esteve sustentada na produção monocultora para a exportação. O processo de industrialização no país se fez sem reforma agrária, com suporte ou subordinação da agricultura por meio de dois mecanismos: a oferta de trabalhadores excedentes para a indústria e a produção de alimentos para manter os salários em patamares baixos nas cidades, conforme OLIVEIRA (2003). A economia agroexportadora foi utilizada como acumulação primitiva de capital que financiou a industrialização. Grande parte da população foi deslocada para as cidades formando uma massa de trabalhadores disponíveis ao capital. Observamos, assim, que as mudanças econômico-políticas e as transformações técnicas e tecnológicas de produção vêm acompanhadas de importantes movimentos da população, como a emigração.

Na primeira metade do século XX trabalhadores do campo são expulsos e se dirigem para as áreas onde se inicia o processo de industrialização. Nos anos 1960, acirra-se tal movimento no contexto da chamada “revolução verde”, que impõe um novo padrão produtivo para a agricultura, ainda centrado na monocultura e dependente de máquinas agropecuárias e de insumos químicos produzidos e comercializados por empresas estrangeiras. Esse processo dificulta, ou até mesmo impossibilita a produção da vida no campo por parte dos pequenos agricultores. Muitos perderam suas terras em função do endividamento.

⁶ De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, a maior parte da população brasileira, **84,72%**, vive em **áreas urbanas**. Já **15,28%** dos brasileiros vivem em **áreas rurais**.

A expulsão de trabalhadores da terra e a inviabilização de outros meios de subsistência, como a possibilidade de produzir alimentos no âmbito doméstico, a realização de determinadas técnicas e tecnologias de produção, a obtenção de assistência técnica, bem como o esvaziamento da pequena produção agrícola, sustentável e em parte agroecológica, caminham juntas com o fortalecimento da agricultura brasileira como *commodities*. Esta se torna estratégica na financeirização da economia centrada na produção de agrocombustíveis, no reflorestamento (pinus e eucalipto) para a indústria de celulose, na produção de carnes e outros produtos para a exportação. O agronegócio associa o capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio das políticas de Estado, além de desmobilizar as forças sociais aliadas à reforma agrária. Além disso, faz uso da força de trabalho migrante (nacional e internacional), de forma intermitente, conforme lhe convém.

De acordo com Bernstein (2012), não se pode conceber o surgimento e o funcionamento da agricultura, no capitalismo moderno, sem a centralidade e as reconfigurações de novos conjuntos de dinâmicas que ligam a agricultura e a indústria, o rural e o urbano (o local, o nacional e o global).

Observamos a imensa extensão de regiões sob a dependência das indústrias, do comércio, dos bancos, do sistema financeiro, ou seja, da organização urbana como um todo. Esse cenário de urbanização, associado com a produção industrial, com a dificuldade de o pequeno produtor rural sobreviver exclusivamente da produção agrícola, com o consumo crescente de produtos industrializados, já não permite mais demarcar a linha que separa a cidade e o campo, bem como as atividades urbanas e as rurais.

A centralidade do urbano não está apenas na vida da cidade, mas nos elementos que a compõem: o acesso a determinados bens, as escolas, o intercâmbio, a comunicação, o transporte. O problema urbano põe em questão as estruturas da sociedade como um todo.

Segundo a análise de Marx,

o modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar

original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais (MARX, 2017, p. 572).

Nas formas pré-capitalistas, o território, a terra estão, organicamente, vinculados ao homem, a ponto de constituir *sua natureza inorgânica*. Entretanto, a condição principal da produção capitalista é a transformação da força de trabalho e das condições e meios de trabalho e de subsistência em mercadoria, por meio da chamada acumulação primitiva do capital. É a história da expropriação do homem em relação à natureza, o que pode ser descrito, segundo Quaini (1979), como progressiva dissociação do homem em relação ao território, após a transformação do território de valor de uso em valor de troca ou mercadoria.

O MOVIMENTO MIGRATÓRIO NA ATUALIDADE

O capitalismo não tem compromisso com os lugares e seus habitantes. É por isso que Katz (2019) fala em “capitalismo vagabundo”, desenraizado, associado com a intensificação da acumulação do capital e o aumento da diferença entre ricos e pobres.

A expressão capitalismo vagabundo conecta a errância e o abandono ao capitalismo – este, assediador do mundo, disperso, dissoluto, irresponsável – além de também abordar uma ameaça: uma produção capitalista crescentemente global pode abandonar muitos dos seus típicos compromissos com o lugar, mais centralmente aqueles

associados com a reprodução social que é, quase sempre, menos móvel do que a produção. No pior dos cenários, esse descompromisso lança pessoas à errância; no melhor, leva-as a lutar para garantir os bens materiais e as práticas sociais relacionadas com a reprodução social (KATZ, 2019, p. 437).

Essa errância do capitalismo resulta da busca por soluções às suas frequentes crises e aos movimentos trabalhistas fortes. As soluções apresentadas são, segundo Silver (2005), de ordem espacial (realocação geográfica da produção), tecnológica/organizacional (a qual reduz a força de trabalho viva e amplia a terceirização e o trabalho temporário), de produto (criação de novas linhas de produção menos sujeitas à competição e a conflitos) e financeira (deslocamento do capital da produção para as finanças e especulação). Trata-se, segundo a autora, da contínua recriação das contradições entre capital e trabalho.

Tais contradições são evidenciadas na situação dos trabalhadores expropriados e expulsos do trabalho e do local de moradia. A realocação geográfica do capital produz uma massa de desempregados nos locais de onde ele se retira e também conduz uma parte dos trabalhadores (os mais especializados) a acompanhar a produção. A solução tecnológica, além de aumentar o controle sobre os trabalhadores, amplia o exército industrial de reserva e altera as relações capital-trabalho, gerando formas organizativas de produção, cujas consequências recaem sobre os trabalhadores, agravando as condições precárias de exploração, por meio dos contratos parciais, temporários, informais, terceirizados, por plataformas digitais, entre outros.

As mudanças de produto deslocam o capital para linhas de produção mais inovadoras e lucrativas, descartando trabalhadores especializados num determinado ramo, os quais precisam buscar outros setores para se inserir e, conseqüentemente, novas qualificações ou habilitações para o trabalho. A tese de Martins (2016) analisa as alterações no processo produtivo de capital no município de Fraiburgo/SC (com a substituição de grande parte da agroindústria da maçã pela produção de pinus, soja e milho) e suas consequências na vida dos jovens trabalhadores em todos os seus aspectos, desde as questões básicas de sobrevivência até a busca de profissionalização da força de trabalho.

A solução financeira observada em empréstimos, intermediação financeira e especulação, caminha com o deslocamento do capital da produção gerando diversas consequências, como a ampliação dos trabalhadores supérfluos e a subordinação direta ao capital, como observado na “uberização das relações de trabalho” (FONTES, 2017).

Conforme já afirmamos, uma das consequências dramáticas do “capitalismo vagabundo” é o aumento da população supérflua e, conseqüentemente, dos movimentos migratórios de trabalhadores de uma região ou localidade para outra, para além da tradicional emigração rural-urbana, concentrando-se principalmente nas áreas periféricas, no entorno das cidades ou no espaço periurbano.

A nova realidade *periurbana* apresenta uma mistura complexa de subúrbios pobres, deslocados do centro das cidades, onde também se encontram trabalhadores rurais e moradores dos centros urbanos que se deslocam diariamente para trabalhar na indústria agrícola⁷. Uma das maiores oportunidades expansionistas após a II Guerra Mundial foi a urbanização e foi, principalmente, por meio dela que os excedentes foram absorvidos⁸. Assim, crescentemente, comunidades empobrecidas são expelidas para a periferia, provindas do centro da cidade ou do campo.

Seguindo as denominações de “agricultura para além da terra” e “capital agrário para além do campo”, Bernstein (2012) sugere a noção de “trabalho rural para além do campo”, fornecido não só pelos trabalhadores rurais “proletarizados”, que são sem-terra, mas também por parte dos agricultores marginais ou demasiado pobres. Ambos podem ser empregados localmente pelos produtores de *commodities*, ou sazonalmente em zonas mais distantes da agricultura capitalista, às vezes em vilas e cidades dentro de seus países ou, ainda, em âmbito internacional.

As formas mais precárias e degradantes de trabalho na atualidade já eram observadas no campo. Como, por exemplo, o desemprego que resultou da expulsão dos trabalhadores do campo, iniciada no século XIX, na Europa Ocidental, quando camponeses pobres e sem-terra migraram para as cidades e se repetiu em uma escala global. Mas a reestruturação que criaria uma ordem urbano-industrial não se concretizou, na avaliação

⁷ Ver Mike Davis. Planeta favela, Boitempo, São Paulo, 2006.

⁸ Ver David Harvey. Rebel cities: From the Right to the City to the Urban Revolution. London and New York: Verso: 2012.

de Breman (2009), visto que os camponeses não conseguiram encontrar emprego seguro e habitação em sua chegada nas cidades. Eles se transformaram num vasto exército de trabalhadores informais.

Outro aspecto diz respeito ao trabalho temporário que se espalhou pelo mundo urbano. Antes dele se apresentava como universalidade, já se fazia presente no campo por meio do chamado trabalho volante⁹, ou sazonal. Conforme estudo de Silva (1999, p. 19), são os bóias-frias, os “queima latas”, os “pingaiadas” (que perambulam de uma propriedade a outra, trabalhando em troca de comida e bebida), itinerantes, “peões-do-trecho” que vivenciam a exclusão combinada ao pouco tempo de trabalho.

O trabalho nas colheitas de produtos agrícolas mobiliza trabalhadores de diferentes regiões por um período determinado e curto, de acordo com o ciclo agrícola, o qual demanda quantidades diferentes de trabalho. Quando termina a colheita num local, os trabalhadores são direcionados para outra região e outro ciclo produtivo, não importando a distância.

Trata-se de um trabalho normalmente realizado por homens com braços fortes, jovens, solteiros, sem compromisso com um determinado lugar. De acordo com Basso e Peroco (2020, p. 5), “os trabalhadores imigrantes são na sua totalidade homens, jovens, geralmente solteiros. Normalmente, de origem rural, pouco ou nada instruídos [...]”. Os autores observam, na última década, “a disponibilidade absoluta da capacidade de trabalho por um tempo delimitado” (BASSO; PEROCO, 2020, p. 20). Em outro artigo, Basso (2013, p. 95) afirma que

o sonho dos poderes instituídos europeus é dispor de modo ilimitado, mutante com o mudar das conjunturas, de uma enorme quantidade de trabalhadores temporariamente hóspedes, uma força de trabalho *just in time*, vinculada, sem nenhuma liberdade de circulação, sem nenhum direito permanente, sem sindicato, sem família.

Além do apresentado anteriormente sobre a precariedade no trabalho agrícola, podemos ainda identificar formas de “salário por peça”, nos termos de Marx (2017), presentes no campo há muitas décadas. É

⁹ A figura do volante, segundo Silva (1999), é a que voa ou pode voar, flutuante, móvel.

o caso dos agricultores “integrados” às agroindústrias (da produção de fumo à produção de suínos ou aves), os quais recebem de acordo com os produtos entregues e nas condições ditadas pelas empresas¹⁰. O salário por peça, segundo Marx, é uma forma modificada do salário por tempo, a diferença está na forma de pagamento, “medida pela quantidade de produtos em que o trabalho se condensa durante um tempo determinado” (MARX, 2017, p. 623) Segundo a análise do autor, o salário por peça é a forma de consumo mais predatória da força de trabalho, portanto a mais adequada ao modo de produção capitalista.

É um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade (SILVA, 1999, p. 86).

Esses aspectos evidenciam que o campo parece ser o laboratório de formas altamente predatórias de trabalho, combinadas com a modernização e o uso de tecnologias de ponta, as quais vêm se universalizando em todos os setores produtivos e em todo o globo, ainda que em temporalidades diferenciadas. Mas o campo também pode ser tomado como laboratório de lutas e organização da classe trabalhadora. No Brasil, lutas e movimentos sociais e sindicais no campo¹¹ remontam o período de chegada dos portugueses ao Brasil e a conseqüente ocupação da terra. Citamos algumas delas: Canudos e Contestado (no final do século XIX e início do século XX); os conflitos violentos entre posseiros e grileiros (anos 1950); Ligas Camponesas (anos 1950 e 1960); Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul – MASTER (início dos anos 1960); ocupações de terra desde o início dos anos 1960; criação de sindicatos rurais; greves de trabalhadores rurais, como a grande greve

¹⁰Sobre a agroindústria do fumo, ver a dissertação de mestrado de Marisa Hartwig. Mudanças no trabalho e na escolarização dos agricultores familiares: a aparente segmentação entre rural e urbano. Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Educação. 2007.

¹¹ Ver MEDEIROS, Leonilde S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

geral da Zona da Mata Pernambucana; criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – ULTAB e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, a partir da necessidade de uma confederação sindical, sendo reconhecida em 1962.

De acordo com a análise de Duarte e Vendramini (2020), após o golpe militar de 1964, encerrou-se um período de lutas e organização dos trabalhadores, mas estas não desapareceram. Muitos sindicatos e federações sofreram intervenção e/ou se tornaram meramente assistencialistas. Entretanto, os conflitos permaneceram – dada a concentração da propriedade, a entrada do capital internacional no campo, a expulsão da terra, os endividamentos e toda forma de exploração e dominação dos trabalhadores – e a luta pela terra foi retomada.

Conforme os autores citados, novos sujeitos se agregaram à luta pela terra, os expulsos das florestas ou das terras, como os seringueiros (em 1995, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros) e os atingidos pela construção das hidrelétricas (em 1991, foi fundado o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB). As ocupações de terra voltaram a se proliferar, inicialmente, nas regiões sul e sudeste. Em 1985, é criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A luta pela terra foi articulada com a luta pela igualdade de direitos e pelo fim da opressão às mulheres, conduzindo à constituição do Movimento de Mulheres Camponesas, em 1983. A luta vai se ampliando em âmbito internacional, com a criação da Via Campesina, em 1993.

As lutas seguem, ainda que com muitos obstáculos gerados por elementos objetivos e subjetivos, externos e internos às organizações. As dificuldades no atendimento às suas reivindicações, a violenta repressão, a cooptação por parte de governos, a fragmentação da classe trabalhadora e de suas bandeiras de luta, a dissociação entre as reivindicações imediatas e as lutas fundamentais associadas a um projeto histórico de superação da sociedade capitalista, entre outros aspectos, vêm contribuindo para o enfraquecimento das organizações de classe.

Do lado do capital, a ofensiva não cessa. Veja-se a contínua expropriação da terra, dos meios de subsistência, das sementes e outros conhecimentos/técnicas de indígenas e camponeses, bem como a expropriação dos direitos trabalhistas etc. Veja-se o acelerado processo de degradação ambiental, desmatamento, poluição de rios e nascentes com o uso dos

agrotóxicos. Veja-se a ofensiva contra os trabalhadores – conflitos, ameaças e assassinatos, conforme os relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra¹². Veja-se a exploração do trabalho infantil e a presença de formas de trabalho análogas ao trabalho escravo.

O agronegócio vem usando e abusando da força de trabalho jovem, imigrante e desorganizada, de acordo com suas necessidades temporais e espaciais de contratar para, e em seguida, descartar. Tal situação não é novidade, visto que o agronegócio se constituiu e evoluiu com o uso da força de trabalho imigrante. Silva (1999) pesquisou, amplamente, acerca dos trabalhadores rurais (da cana-de-açúcar e também do café) no município de Ribeirão Preto/SP, provindos da região do Vale do Jequitinhonha (MG) e da Bahia. A autora aborda o processo de expropriação desses trabalhadores, o qual gerou uma massiva e violenta emigração direcionada para a proletarização.

O cognominado processo de industrialização da agricultura teve, entre outras consequências, aquela de criar uma força de trabalho circulante, residindo em muitos lugares, vencendo as longas distâncias geográficas do país, graças a uma poderosa infra-estrutura montada pelas estradas de rodagem e meios de transportes. Quanto à origem social dos trabalhadores desta agricultura, a análise desenvolvida até aqui evidencia que se tratava de antigos colonos, parceiros, arrendatários, posseiros, moradores, pequenos proprietários, formas híbridas de trabalho no campo, segundo a expressão de Gnaccarini (1980). Enfim um campesinato expropriado da roça, da morada, da posse, da terra, dos meios e instrumentos de trabalho (SILVA, 1999, p. 71).

O “boia-fria”, constituído como trabalhador volante (SILVA, 1999), da mesma forma que foi incorporado pelo processo de modernização agrícola de vários municípios do estado de São Paulo, como Ribeirão Preto, foi dele expulso com a mecanização do corte da cana, tendo em vista a acumulação capitalista. A autora verifica um segundo processo de acumulação primitiva desses proletários: “no primeiro momento, arrancam-lhes a roça de subsistência, a morada, a posse, as chapadas, as grotas. Agora, arrancam-lhes o único elemento restante, a capacidade para o

¹² Disponíveis em: <https://www.cptnacional.org.br/>

trabalho” (SILVA, 1999, p. 312).

Além do uso da força de trabalho do imigrante nacional, especialmente para os períodos de colheita, o agronegócio também faz uso da força de trabalho do imigrante internacional ou refugiado, em geral, vulnerável e dependente do trabalho para sua sobrevivência e permanência no país. Citamos o caso dos haitianos, com base na pesquisa de Letícia Mamed. Em artigo (MAMED, 2016), a autora aborda o movimento internacional de trabalhadores haitianos que aportam no estado do Acre, na condição de indocumentados, vítimas de redes de contrabando e são direcionados, em grande parte, para a produção da agroindústria da carne no Sul do país, particularmente, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Empresas dessa região empregam imigrantes haitianos desde a chegada dos primeiros grupos ao Brasil, em 2010. Segundo a autora, inúmeras empresas estiveram no estado do Acre para recrutar os trabalhadores, com preferência para homens, saudáveis, jovens, solteiros, sem filhos e com alguma experiência laboral.

Nos últimos cinco anos, após percorrerem a rota Haiti-Brasil, endividados e transtornados, os haitianos eram recebidos no Acre em um acampamento público improvisado, mantido pelos governos federal e estadual, cuja estrutura assegurou a regularização e a preparação deles como força de trabalho apta a seguir viagem e ingressar, de modo particularmente precarizado, no mercado laboral brasileiro (MAMED, 2016, p. 76).

O Programa Acolhe Brasil, de iniciativa do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – SJMR, tem mediado o processo de interiorização de venezuelanos, no âmbito da estratégia liderada pelo governo federal e executada com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para Migrações (OIM). Os venezuelanos chegam ao Brasil pela fronteira de Roraima e buscam o SJMR para regularizar seus serviços. Por meio de contatos com instituições, empresas e paróquias da Igreja interessadas em receber os imigrantes, o Programa os prepara e os encaminha para outras regiões do país. Conforme o mapa da interiorização, apresentado no site do SJMR com dados de 2019, a maior quantidade de refugiados é dirigida ao Rio Grande do Sul, seguida por Santa Catarina e São Paulo. De acordo com

o documento, 1.114 pessoas foram realocadas¹³. Não há dados sobre os setores em que eles estão ocupados.

Pelo exposto, concluímos que o território não pode ser considerado como espaço da conciliação e do consenso, mas como espaço contraditório, permeado por tensões, conflitos e lutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos pontuados neste texto acerca das diferenças internas entre os trabalhadores, sua fragmentação, sua expulsão da terra, do emprego e dos direitos trabalhistas e sua condição cada vez mais itinerante, indicam a situação da classe, no atual contexto histórico. Essas particularidades não colocam em questão aquilo que a constitui essencialmente: a responsabilidade dos trabalhadores pela própria reprodução e de sua família, bem como da classe proprietária dos meios de produção e da estrutura social e econômica da sociedade moderna. Trabalhadores do campo ou da cidade, sem-terra ou com pouca terra, da indústria ou da agroindústria, dos serviços e transportes, formais ou informais, estão, de uma ou outra forma, disponíveis ao capital.

Assim como o trabalho se torna cada vez mais incerto, parcial e temporário, aumentando as fileiras da população supérflua, que é lançada à itinerância, a vida também se torna provisória. Pessoas passam a viver em *traillers* e levam junto sua “casa” ao buscarem trabalho em diferentes locais, como tem ocorrido nos Estados Unidos, principalmente, após a grande crise financeira de 2007-2008; trabalhadores vivem em dormitórios junto aos locais de trabalho, como os bóias-frias (SILVA, 1999), ou os trabalhadores imigrantes da construção civil (QUEIROZ; VENDORAMINI, 2019); jovens trabalhadores japoneses emigram em busca de trabalho nas cidades e dormem em cápsulas de vidro; jovens subempregados ou desempregados e sem casa procuram refúgio noturno em *cibercafés* na cidade de Tóquio (ANTUNES, 2018). Tal situação revela o caráter unitário entre o processo de produção e o processo de reprodução social, portanto, mudanças na esfera da produção impactam na reprodução e vice-versa.

¹³ Disponível em: <https://sjmrbrasil.org/acolhebrasil/>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

A apreensão dos aspectos acerca da produção e da reprodução social, bem como dos elementos que diferenciam e unificam os trabalhadores na atualidade é fundamental para as reflexões e ações sobre a organização da classe, particularmente, frente aos desafios que se apresentam. Um deles se refere ao reconhecimento como classe de trabalhadores que produzem a vida no campo, na cidade ou nas periferias, ou dos que já não têm mais um local de pertencimento, que foram desenraizados.

O (auto)reconhecimento de classe não é algo dado, ele é construído politicamente em confronto com as políticas e ideologia capitalistas, que acentuam as diferenças e a fragmentação. Iniciamos o texto fazendo referência a Edward Thompson e concluímos da mesma forma, visto que o autor considera a classe como um fenômeno histórico, que ocorre nas relações humanas e que não é, portanto, determinada. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (THOMPSON, 1987, p. 11). A consciência implica na identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas ocupações, situações e locais de moradia, como resultado de experiências comuns, determinadas pela produção e pela reprodução da vida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BASSO, P. Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. In: TAVARES, M. A.; GOMES, C. (orgs.). **Intermitências da crise e questão social**: uma interpretação marxista. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013, p. 83-131.

BASSO, P.; PEROCCO, F. Imigração e transformação social da Europa: a reviravolta de uma época e as suas perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 4, p. 1-24, 2020.

BERNSTEIN, H. Agriculture/Industry, Rural/Urban, Peasants/Workers: Some Reflections on Poverty, Persistence and Change. In: International Workshop on ‘Poverty and Persistence of the Peasantry. **Anais**. University of Bergen and El Colegio de México, 13-15 March, 2012.

BREMAN, J. Myth of the global safety net. **New Left Review**, n. 59, p. 29-36, sep/oct. 2009.

DUARTE, A. L.; VENDRAMINI, C. R. Trabalhadores e lutas sociais no Brasil Republicano. In: HAMMEL, A. C. *et al* (orgs.). **Estudos sobre a realidade brasileira: fundamentos e processos em educação**. v. 1. Curitiba: Editora CRV, 2020.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Revista de Estudos Galegos**, n. 2, jun. 2017.

HARVEY, D. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. London and New York: Verso, 2012.

HOBBSBAWM, E. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

KATZ, C. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. **GEOUSP [online]**, v. 23, n. 2, p. 435-452, mai/ago, 2019.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford and Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1971.

LICHTER, D.; BROWN, D. Rural america in an urban society: changing spatial and social boundaries. **Annual Review of Sociology**, n. 37, 2011.

MAMED, L. H. Haitianos na Amazônia: a morfologia da imigração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil. **Ruris**, v. 10, n. 1, mar. 2016.

MARTINS, J. A. C. **Ser jovem trabalhador: entre a conformação à reprodução metabólica do capital e sua superação**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista (1848). In: _____. **Obras escolhidas**. Tomo I. Lisboa; Moscovo: Edições “Avante!”, Edições Progresso, 1985, p. 95 a 136.

- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- QUEIROZ, J. G. O.; VENDRAMINI, C.R. A situação da classe trabalhadora migrante. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 11, n. 2, p. 183-193, 2019.
- SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.
- SILVER, B. **Forças do trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SMITH, R. Creative destruction: capitalist development and China's environment. **New Left Review**, v. 1, n. 222, p. 3-411, may/june 1997.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Trad de Denise Bottmann. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.